

Portal da CUT

Campanha Salarial: metalúrgicos da CUT de São Paulo e Minas Gerais intensificam ações 19/08/2014

Federações cutistas orientam sindicatos a mobilizarem trabalhadores nas fábricas para pressionar empresários a atenderem reivindicações

Escrito por: CNM - CUT

Os metalúrgicos cutistas de São Paulo e Minas Gerais estão ampliando sua mobilização em busca de resultado satisfatório em suas campanhas salariais. No caso de São Paulo, a Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT (FEM-CUT/SP) está orientando os 14 sindicatos envolvidos na campanha a intensificarem as assembleias nas fábricas, para pressionar os empresários a atenderem as reivindicações econômicas da categoria, que tem data-base em 1º de setembro. Já os metalúrgicos mineiros têm a primeira rodada de negociação com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) marcada para o próximo dia 29, quase um mês depois da entrega da pauta de reivindicações. A Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT/MG também está orientando as entidades de base a começar a mobilizar os trabalhadores no interior das fábricas, para que as negociações tenham sucesso.

São Paulo

Este ano, a Federação paulista está negociando com seis grupos patronais apenas a renovação das cláusulas econômicas para 215 mil trabalhadores. As cláusulas sociais têm validade até 2015. No caso dos metalúrgicos nas montadoras, as negociações são feitas por empresa.

Além da reivindicação de reposição integral da inflação somada a aumento real de salários, a categoria também reivindica a valorização dos pisos salariais, a redução da jornada de trabalho para 40 horas e, em dois dos seis grupos patronais, a licença maternidade de 180 dias (nos outros quatro, a cláusula está garantida).

Em reunião ampliada da direção da FEM-CUT/SP na última semana, que contou com a presença de presidentes de sindicatos e do presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT), Paulo Cayres, foi feito um balanço das negociações e da mobilização em cada base.

O presidente da Federação, Valmir Marques (Biro Biro), disse que, embora os empresários estejam reclamando da situação econômica do país, a entidade vai lutar pelo atendimento das reivindicações.

"Das 24 negociações celebradas pelo ramo metalúrgico no país até julho, todas obtiveram ganhos reais. Portanto, continuaremos a nossa pressão para buscar um aumento real que contemple a nossa categoria e também lutaremos pela valorização de todos os nossos pisos salariais que, ao longo dos últimos anos, tiveram reajustes menores quando comparados aos aumentos do salário mínimo nacional", destacou na reunião.

Minas Gerais

Em Minas Gerais, a data-base da categoria é 1º de outubro e, no total, 250 mil trabalhadores representados por três federações estaduais estão em Campanha Salarial. A maior fatia da categoria é a ligada à Federação Estadual dos Metalúrgicos de Minas Gerais (FEM-MG/CUT) que representa 150 mil trabalhadores, da base de 12 sindicatos. Em Minas Gerais, tradicionalmente a Campanha Salarial é conduzida de maneira conjunta pelas três entidades estaduais (as duas outras são ligadas à Força Sindical e à Central dos Trabalhadores do Brasil).

A entrega da pauta aconteceu com um ato de trabalhadores em frente à FIEMG, no dia 31 de julho, quando os metalúrgicos tornaram públicas as reivindicações de reajuste salarial de 11%, piso salarial de R\$ 1.949,48, abono de R\$ 2.529,91, transporte gratuito, abono de férias de um salário nominal, auxílio-creche de R\$ 301,03, ticket alimentação de R\$ 499,50, estabilidade na no emprego de 90 dias após a assinatura do acordo e manutenção das cláusulas da convenção anterior.

"A mobilização será decisiva para conquistarmos nossas reivindicações", disse José Wagner, presidente da FEM-CUT/MG, ressaltando também a importância da unidade de toda a categoria no Estado para dar o respaldo necessário às três federações nas negociações com os empresários.

Portal da CTB

Sem salários, metalúrgicos da Toyota entram em greve, em Betim

Os metalúrgicos da Proema, em Betim (MG), permanecem na portaria da fábrica desde as primeiras horas da manhã desta terça-feira (19), quando decidiram entrar em greve para protestar contra o atraso no pagamento dos salários, além de outras irregularidades trabalhistas, como o não depósito regular do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

A empresa, que conta atualmente com mais de 100 empregados e fornece peças (manga de eixo das rodas de veículos) para a Toyota, vive uma situação delicada, que se agravou a partir de abril de 2013 – em julho, a Proema dispensou cerca de 160 empregados que haviam sido colocados à disposição em casa, não fez o pagamento das verbas rescisórias e orientou os trabalhadores a procurar a Justiça do Trabalho para reivindicar seus direitos.

Naquela ocasião, o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim tentou intermediar uma negociação com a Fiat Automóveis, até então principal tomadora de serviços da Proema, mas a montadora se esquivou de qualquer responsabilidade sobre os problemas enfrentados pela fornecedora.

Da mesma forma que no ano passado, também desta vez o Sindicato já solicitou reuniões com Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho para debater o problema. Além disso, o departamento jurídico do Sindicato já acumula cerca de 250 ações contra a empresa, que foram ajuizadas a partir de 2013, em processos que já ultrapassam o montante de R\$ 1 milhão de reais.

Em apoio ao movimento dos trabalhadores da Proema, a deputada federal Jô Moraes (PCdoB/MG) esteve na portaria da fábrica na manhã desta terça-feira (19) e disse que solicitou uma reunião com o prefeito de Betim, Carlaile Pedrosa, uma vez que não está descartada a hipótese da Proema encerrar suas atividades no município, o que resultaria na demissão de todos os empregados.

“A greve irá continuar por tempo indeterminado até que a Proema nos apresente uma proposta para resolver todas as pendências com os trabalhadores, que são pais de família e dependem do emprego e dos salários para sobreviverem”, afirma o diretor do Sindicato Clodoaldo Carvalho, que é metalúrgico na fábrica.

Por Eduardo Durães

Portal Mundo Sindical

GM quer suspensão de contratos por cinco meses e PDV em São José, SP

A General Motors (GM) informou ao Sindicato dos Metalúrgicos nesta segunda-feira (18) que pretende realizar a suspensão dos contratos de trabalhadores da unidade de São José dos Campos pelo período de cinco meses. O número de trabalhadores que seriam afetados pela medida no complexo, que emprega cerca de 5,2 mil funcionários, não foi informado pela montadora. No ofício, a GM também afirma a intenção de abertura de Plano de Demissão Voluntária (PDV) na planta da cidade.

A necessidade de layoff (suspensão dos contratos de trabalho) foi anunciada pela montadora em julho, alegando a necessidade de adequar o volume de produção à desaceleração do mercado.

Segundo o sindicato, a GM apenas informou que o período do layoff seria de cinco meses, dentro do tempo máximo permitido por lei. A empresa não detalhou no ofício o total de trabalhadores e setores que seriam atingidos, nem a data de início da suspensão dos contratos.

O sindicato informou ainda que a montadora também tem a intenção de abrir um PDV para os trabalhadores que tiverem os contratos suspensos. A carta ainda reforça a garantia de retorno aos empregos após o layoff e por mais um período a ser definido, conforme já havia sido comunicado na semana passada.

“Recebemos a carta explicando apenas os objetivos do layoff, mas sem detalhes. Com essas informações não dá nem para fazer assembleia”, afirmou o diretor da entidade Célio Dias da Silva.

Segundo ele, o sindicato encaminhará uma notificação à montadora nesta terça-feira (19) pedindo outras informações. “Queremos saber o total de trabalhadores, setores, prazos e os períodos adicionais de garantia no emprego. Cobramos a estabilidade”, disse.

Investimentos

Nesta segunda-feira, a GM descartou a possibilidade de que parte do investimento de R\$ 6,5 bilhões no país, anunciado na semana passada, seja destinado à unidade de São José. Segundo a montadora, o aporte será voltado para infraestrutura e novos produtos até 2018, mas ainda não há definição das plantas que receberão o investimento.

Entretanto, não foi descartada a possibilidade da cidade receber outro investimento, de R\$ 2,5 bilhões, que foi anunciado no ano passado para fabricação de um novo produto em um dos países onde a empresa atua. Na época, a montadora informou que se o capital viesse para o Brasil, o complexo da região seria priorizado. Segundo a montadora, ainda não há definições sobre este aporte especificamente.

Outro lado

A GM foi procurada, mas comunicou, por meio de nota, que não informa detalhes do acordo de layoff, como o número de trabalhadores e o período.

Fonte: G1 - 19/08/2014

Portal Mundo Sindical

Frente a frente com chefia, metalúrgicos da Gans reprovam proposta e greve continua

Mesmo com a pressão da gerência na porta de fábrica os metalúrgicos da Gans, em Campo Largo, não baixaram a cabeça e reprovaram hoje de manhã mais uma proposta de acordo salarial.

Diante de valores reduzidos a mobilização continua no mesmo rumo e entra no 8º dia útil de greve. A direção da empresa vai se reunir para estudar uma nova proposta. Os trabalhadores retornaram à porta de fábrica nessa terça-feira, às 6h, em nova assembleia liderada pelo SMC.

A Gans emprega cerca de 80 trabalhadores e produz estruturas metálicas.

Fonte: Assessoria de Imprensa do Sindicato - 19/08/2014

Federação Nacional dos Urbanitários

Trabalhadores da Copasa retomam a greve nesta quarta

Os trabalhadores da Copasa voltam a paralisar suas atividades em todo o Estado na próxima quarta-feira, depois de frustrada iniciativa de reunião conciliatória realizada no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MG) entre os sindicatos (SINDÁGUA, Senge e Saemg) e a direção da empresa.

A Copasa insiste em manter sua única proposta de reajuste de 5,82% nos salários e benefícios, além de 10% no valor do tíquete refeição, e os sindicatos tentam de todas as formas o fim da política da empresa em praticar salários diferentes para a mesma função conforme o tamanho da cidade onde está lotado cada trabalhador (política de porte). Além deste problema de quebra da isonomia de salários para mesma função, a categoria reivindica a incorporação de uma parcela de remuneração variável (GDI – Gratificação por Desempenho Institucional) que acumulou todos os ganhos reais conquistados pela categoria nos últimos anos, mas que está, segundo eles, arrochando os salários dos trabalhadores. Hoje este índice global de GDI está em 16,5%, mas a medição de desempenho faz com que a aplicação nos salários caia até a 7%, com uma perda de 9,5% em relação ao índice acumulado. Os prejuízos são contabilizados principalmente pelos trabalhadores da área operacional, com perdas de cerca de um salário e meio anualmente. A categoria aponta ainda como pontos prioritários de uma pauta de reivindicações que a empresa não discutiu o ganho real de salários de 3,85% e ajuste na tabela salarial do Plano de Cargos e Salários.

Na audiência realizada no TRT-MG, os trabalhadores se mostraram dispostos às negociações e ficaram na expectativa de uma proposta conciliatória do tribunal, mas os representantes da Copasa se negaram em mudar a proposta até agora apresentada para acordo coletivo.

A categoria, que paralisou suas atividades em todo o Estado nos últimos dias 12 e 13, faz assembleias nesta terça-feira e devem retomar a greve já na quarta-feira.

Segundo a direção do Sindicato, os trabalhadores vão cumprir as determinações legais e acertos realizados entre as partes no Ministério Público do Trabalho (MPT) para garantir o abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, serviços essenciais para a população.

Fonte: Sindágua-MG

Portal da CUT

Sem salários, servidores de Madalena (CE) entram em greve e são hostilizados pela prefeitura

19/08/2014

Polícia foi convocada para tentar impedir manifestação da categoria

Escrito por: Rafael Mesquita - Fetamce

Os servidores municipais de Madalena/CE paralisaram na segunda (18) as atividades e seguem em greve até a Prefeitura pagar os salários das várias categorias prejudicadas. Servidores técnico-administrativos da educação e de todas as demais secretarias estão sem salário.

A cidade, embora tenha implantado a política de reserva de um terço da carga-horária dos professores para planejamento e ter concedido reajuste salarial para os educadores, não atendeu às demandas das demais categorias. Ou seja, fora da folha de pagamento principal do magistério, não houve avanço nas negociações e a questão ainda é agravada por um grande atraso nos pagamentos.

Presente na atividade, Neiva Esteves, da coordenação regional da Fetamce, afirmou que Madalena está totalmente desorganizada. "Por conta desse descontrole, o comércio local fica prejudicado e os trabalhadores sem poder alimentar suas famílias. A situação é desoladora", completa.

Retaliação

Para complicar ainda mais a situação, os trabalhadores em greve foram hostilizados pela prefeitura, que colocou a força policial para tentar impedir que os servidores acampassem na porta do prédio do município, o que configura práticas antisindicalistas.

Portal da CUT

Confederações da CUT constroem nova estratégia para ampliar sindicalização em suas bases

19/08/2014

Projeto da CNTSS, CNTV-PS e CONTRACS conta com o apoio da SEIU, Sindicato Internacional dos Trabalhadores em Serviços (EUA)

Escrito por: Divulgação

A formação, com o lema "*Trabalhadores e Trabalhadoras Unidos São Fortes, São CUT*", iniciou no último dia 11 de agosto, em Salvador, em que três Confederações da CUT estão construindo uma nova estratégia para ampliar a sindicalização de suas bases. A CNTSS potencializa a formação dos sindicatos Sindisaúde Rede Privada Bahia e Sindacs Bahia, a CNTV-PS com os Sindicatos dos Vigilantes da Bahia e do Distrito Federal e a CONTRACS com o Sindiserviços do DF.

No segundo dia de formação, após conhecer a realidade dos participantes e de suas entidades, todos se desafiaram a pensar sobre visão e poder.

Dinâmicas, dramatizações e trabalhos em grupo provocaram o debate sobre a visão dos sindicatos na atualidade e qual a visão dos trabalhadores por eles representados. As duas visões dialogam, estão próximas? "Com certeza um momento de reflexão, pois muitos dirigentes envolvidos com o dia a dia das entidades, agendas, lutas, compromissos reconhecem que não estão destinando tempo para ouvir mais os trabalhadores, saber como eles estão e o que pensam", conclui Célia Regina Costa, secretária-geral da CNTSS.

Os participantes debateram o que significa poder. O que é poder para o sindicato? O que é poder para os trabalhadores e trabalhadoras? Nosso poder está aumentando ou diminuindo? "Analisando os dados de sindicalização no nosso país, apresentados pela SNO/CUT, percebemos que estamos estagnados e que precisamos mudar essa realidade, por isso a estratégia pensada para essa formação está vinculada ao aumento da sindicalização, resultando em maior poder dos trabalhadores e dos sindicatos", afirmou Lucilene Binsfeld (Tudi), secretária de Relações Internacionais da Contracs.

Segundo Boaventura, presidente da CNTV-PS, "pensar em visão e poder é pensar no empoderamento dos trabalhadores e ter estratégias para a ação sindical.

Para José Simões, coordenador do projeto no Brasil pela SEIU, estamos no caminho certo. "É importante definir qual rumo tomar diante das dificuldades e objetivo de melhorar é fundamental", conclui.

Um dos pensamentos de Mandela reflete essa ação: "*devemos usar o tempo com sabedoria e sempre perceber que o tempo é sempre oportuno para fazer o certo*". A oportunidade para que todos pensem e usem seu tempo com sabedoria para buscar o melhor para os trabalhadores e trabalhadoras e para o fortalecimento das organizações é necessária e precisa.

Participam como convidados a Secretária de Organização da CUT PE, Jeane, e o Secretário de Organização do Sindicato da Alimentação da Bahia, Queirós.

O projeto está sendo realizado em parceria com a SEIU (Sindicato Internacional dos Trabalhadores em Serviços-EUA) e com apoio da CUT, através da Secretaria de Relações Internacionais, Organização, Formação e Comunicação.

Os desafios seguem e o próximo passo é debater: como a comunicação pode fazer a diferença nas nossas ações com objetivo de avançar nas conquistas?

Portal da CUT

Bancários estão entre as categorias que mais adoecem no país

19/08/2014

Pesquisa do Sindicato revela que 17% dos bancários de São Paulo, Osasco e Região usam medicamento controlado

Escrito por: Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

Os bancos se enquadram entre as empresas com maior risco de acidente de trabalho ou doença ocupacional no Brasil. Mais de 18 mil bancários (18.671) foram afastados no ano passado (2013), de acordo com dados do INSS, em todo o país – sendo 24,6% por LER/Dort e 27% por transtornos mentais e comportamentais (como stress, depressão e síndrome do pânico).

"O alto índice de afastamentos está relacionado a gestão dos bancos que apostam numa rotina de metas abusivas, extrema pressão e assédio moral como meio de aumentar sua produtividade", disse Juvandia Moreira, presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. "Uma pesquisa feita com mais de dez mil bancários (10.606), neste ano, somente na nossa base, aponta que a atual política dos bancos compromete a saúde dos empregados: 17% responderam que usam medicamentos controlados".

INSS - O SAT (Seguro Acidente de Trabalho) é uma contribuição que as empresas pagam para custear benefícios do INSS vindos de acidente de trabalho ou doença ocupacional, referente a

um percentual sobre a folha de pagamento, em alíquotas que variam entre 1 e 3% de acordo com o risco de acidentes de trabalho da atividade. Segundo a Lei 8212/91- Art. 22: A contribuição fica a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social. Bancos se enquadram no risco máximo (3%), ou seja, estão entre as empresas onde esse risco é considerado grave.

Negociação - Para mudar essa realidade, o sindicato trata esse tema como prioridade. Nesta terça-feira (19), a categoria bancária faz a primeira rodada de negociação da Campanha Nacional Unificada 2014. Participam representantes do Comando Nacional dos Bancários e da Federação dos bancos (Fenaban), no hotel Maksoud Plaza, em São Paulo, a partir das 10h, discutindo os temas saúde e condições de trabalho. A negociação continua nesta quarta-feira (20).

Lucro dos bancos - O lucro líquido dos cinco maiores bancos atuantes no Brasil (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú-Unibanco e Santander), nos seis primeiros meses do ano, atingiu a marca de R\$ 28,5 bilhões, com alta de 16,5% em relação ao mesmo período de 2013. Os principais itens do balanço desses bancos comprovam o sólido desempenho do setor. Apenas com a cobrança de tarifas os bancos ganharam R\$ 49,7 bilhões, com crescimento de 10%. A elevação da taxa Selic levou os bancos a ganharem 35,4% mais com receitas de títulos e valores mobiliários e os altos spreads fizeram a receita de crédito destes bancos crescer 14,6%.

Dados da Categoria - Os bancários são uma das poucas categorias no país que possui Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) com validade nacional. Os direitos conquistados têm legitimidade em todo o país. São mais de 500 mil bancários no Brasil, sendo 142 mil na base do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, o maior do país. Nos últimos dez anos, a categoria conseguiu aumento real - acumulado entre 2004 e 2013 - de 18,3%. Sendo 2010 (3,08%); 2011 (1,50%), 2012 (2,00%) e 2013 (1,82%).

Principais itens aprovados:

- Reajuste Salarial de 12,5%, sendo 5,4% de aumento real, além da inflação projetada de 6,76%
- PLR - três salários mais R\$ 6247
- Piso - Salário mínimo do Dieese (R\$ 2.979,25)
- Vales Alimentação, Refeição, 13ª cesta e auxílio-creche/babá - Salário Mínimo Nacional (R\$ 724);
- 14º salário
- Fim das metas abusivas e assédio moral - A categoria é submetida a uma pressão abusiva por cumprimento de metas, que tem provocado alto índice de adoecimento dos bancários
- Emprego - Fim das demissões, ampliação das contratações, combate às terceirizações e precarização das condições de trabalho

Monitor Mercantil, 20/08/14

Ipea indica que investimentos da Petrobras consolidaram indústria naval

Os investimentos da Petrobras foram fundamentais para a retomada da indústria naval brasileira ao longo dos últimos 14 anos. Desde 2000, o setor apresenta crescimento de 19,5% ao ano. O dado faz parte do estudo "Ressurgimento da Indústria Naval no Brasil (2000 - 2013)", realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e apresentado esta semana na Marintec South America - 11ª Navalshore, no Rio de Janeiro. O evento é considerado o principal encontro da indústria naval e offshore da América Latina.

O estudo do Ipea aponta que o ritmo de crescimento verificado e o volume de investimentos na indústria naval - cerca de R\$150 bilhões no período de 13 anos - já consolidaram o setor. Dentre os investimentos destacados estão os realizados por três programas coordenados pela Petrobras: o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), o Programa de Renovação e Expansão da Frota de Embarcações de Apoio Marítimo (Prorefam) e o Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), da subsidiária Transpetro. Um histórico da indústria naval brasileira apresentado pelo estudo mostra o rápido crescimento da força de trabalho empregada. Após o apogeu na década de 1970, o setor entrou em declínio nos anos 80, e quase se extinguiu no início do ano 2000, quando chegou a empregar apenas 1.900 pessoas. Segundo o estudo, em março de 2013, a indústria naval empregava 71 mil trabalhadores.

Outro aspecto revelado pelo Ipea é o posicionamento da indústria naval brasileira no cenário mundial. Em três nichos do setor, o Brasil já se destaca globalmente: construção de embarcações de apoio, plataformas offshore e navios sonda.

Portal da CUT

Contag lamenta duplo homicídio em MT e exige providências para mais um crime contra trabalhadores/as rurais

19/08/2014

Para a entidade, solução definitiva dos conflitos pela posse da terra é a realização de uma reforma agrária ampla e massiva

Escrito por: Contag

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) vem a público manifestar sua indignação, revolta, tristeza e pesar por mais um crime envolvendo trabalhadores(as) rurais no estado do Mato Grosso. Nesse sábado, 16 de agosto, ocorreu um duplo homicídio no distrito de Guariba, município de Colniza/MT. As vítimas foram Josias Paulino de Castro, 54 anos, e sua esposa Ireni da Silva Castro, de 35 anos. Josias era o presidente da Associação "Aspronu" – Projeto Filinto Müller. O casal de trabalhadores rurais foi assassinado com vários disparos de arma de fogo calibre 9mm (arma de uso exclusivo das Forças Armadas).

Josias, como presidente da Associação "Aspronu", lutava pela legalização das terras do Projeto Filinto Müller e denunciava as emissões irregulares de títulos definitivos dessa área em nome de fazendeiros e empresários da região. A partir dessas denúncias, cuja a última foi feita em 5 de agosto, durante reunião com o Ouvidor Agrário Nacional, Gercino José da Silva, Josias passou a ser alvo dos que queriam extrair madeira ilegalmente, de supostos políticos denunciados pelo presidente da associação, da Polícia Militar e do presidente do Instituto de Terras do Mato Grosso (Intermat).

Por várias vezes, nesta última reunião, Josias afirmou a existência de pistoleiros na região e afirmou, ainda, que nunca foram tomadas providências. "Estamos morrendo, somos ameaçados, o Governo do Mato Grosso é conivente, a PM de Guariba protege eles, o Governo Federal é omissivo, será que eu vou ter que ser assassinado para que vocês acreditem e tomem providências", disse Josias.

A Contag alerta as autoridades sobre o aumento da violência no campo contra trabalhadores e trabalhadoras rurais devido aos conflitos agrários. No último dia 13 de agosto, também no estado do Mato Grosso, foi assassinada Maria Lucia do Nascimento, assentada e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de União do Sul. Portanto, a Confederação exige providências para punição dos responsáveis e proteção aos trabalhadores(as) rurais que continuam ameaçados. Josias, por exemplo, já havia solicitado proteção devido às ameaças recebidas. Até quando vamos continuar vendo os homens e mulheres do campo perdendo suas vidas por denunciarem irregularidades, agressões e por lutarem por direitos e uma vida melhor? Precisamos por um fim à impunidade no campo!

Exigimos proteção para os companheiros e companheiras que continuam na luta e uma investigação rápida para a punição, tanto dos executores quanto dos mandantes desse crime bárbaro.

Reafirmamos que a solução definitiva dos conflitos pela posse da terra é a realização de uma reforma agrária, ampla e massiva e capaz de democratizar a propriedade da terra e criar bases para a construção da mudança do atual modelo de desenvolvimento que é excludente, predatório, concentrador da terra, da renda e do poder por um modelo sustentável e solidário.

Brasília, 17 de agosto de 2014.

A Diretoria da CONTAG

Portal da UGT

UGT encontra Ministro para tratar sobre sindicatos rurais

19/08/2014

O Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, em audiência que acontece hoje (19), Brasília, com o Ministro do Trabalho, Manoel Dias, discutirá a situação da Organização Sindical no Campo e o Registro Sindical.

Existe uma evidente morosidade na liberação dos registros dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que tramitam no Ministério do Trabalho, a exemplo de Sindicatos específicos, como os da Agricultura Familiar e o dos Assalariados, que hoje se organizam separadamente. Ou ainda daqueles que buscam uma simples inclusão de municípios em sua representação, aguardando há anos tal liberação.

Outra questão, não menos importante, é a da Contribuição Sindical Rural. A UGT defende a liberdade dos Sindicatos para realizar a sua própria arrecadação, já que a cota-parte que lhes cabe é de 60%, ou seja, a maior parte. O restante é rateado em 20% para o Ministério, 15% para a Federação e 5% para a Confederação.

As transformações que ocorrem na estrutura sindical rural também estarão na pauta da conversa. O Brasil ainda utiliza muita mão de obra rural na informal. Dentro dos complexos agroindustriais, a mão de obra dos assalariados rurais é de extrema importância para o desenvolvimento do setor, não muito diferente da Agricultura Familiar, que representa grande parte da economia e produção agrícola do país. Os incentivos e apoio do Governo tem provocado a organização específica dos agricultores familiares, situação que conta com o total apoio da UGT.

Organizado por Ernesto Germano